



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

**PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS
Nº 20**

4º TRIMESTRE DE 2022

19 DE JANEIRO DE 2023

ESTE DOCUMENTO TEM O PATROCÍNIO DE:



RESUMO EXECUTIVO

- A conjuntura internacional está em deterioração, devido à incerteza elevada associada à invasão da Ucrânia, à crise energética e à subida generalizada das taxas de juro e dos prémios de risco.
- O PIB da zona euro poderá escapar à recessão técnica, porque tem lidado melhor com a crise energética do que o esperado, quer devido à descida dos preços da energia, quer com a diminuição do consumo (facilitado pelo Inverno ameno), quer com a captação de fornecimentos alternativos. Ainda assim, o crescimento deve ser tímido em 2023, só melhorando em 2024.
- Entre 2019 e 2022, Portugal cresceu em média apenas uma décima acima da média da UE, pelo que a taxa de crescimento do PIB de 2022 (entre 6,6% e 6,7%) não deve ser sobrevalorizada.
- O ano de 2023 será de uma fortíssima desaceleração (entre 0% e 2%), com dificuldades muito significativas, com o arrastar da guerra na Ucrânia, o abrandamento da economia mundial, a crise energética, a resistência da inflação a ser domesticada, a subida das taxas de juro e dos diferenciais de crédito.
- Em 2024, a economia regressaria a um crescimento mais próximo do potencial, momento em que será confrontada com o nível demasiado baixo deste potencial.
- O Forum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação nacional, de 7,8% em 2022 para entre 4% e 6% em 2023 e 2% e 4% em 2024, com a generalidade dos factores a favorecerem a sua moderação.
- Em 2023, a desaceleração prevista da economia tem condições para a sucessiva deterioração do emprego, mas de forma não muito pronunciada, pelo que a taxa de desemprego poderá subir pouco, mantendo-se sempre abaixo dos 7%, ou seja conseguindo persistir o “pleno emprego”.
- As taxas Euribor devem continuar a sua trajectória ascendente, mas de forma mais limitada do que em 2022.
- Sines não será competitivo em relação aos terminais espanhóis no transporte de gás para a Alemanha, enquanto a exportação de hidrogénio de Portugal para a Europa é prematura porque o hidrogénio está numa fase de projetos piloto. O governo deveria estar preocupado com exportações (que já produzimos) por via ferroviária, e não com o hidrogénio verde que ainda não é produzido. Já as ligações elétricas entre a Espanha e a França serão prioritárias para nós.

ÍNDICE

1. CONJUNTURA NACIONAL	
Pandemia	5
PIB	6
Consumo	8
Exportações	10
Agricultura	11
Indústria	13
Construção	14
Comércio	15
Serviços	16
Turismo	17
Inflação	18
2. AS EMPRESAS E OS SEUS CUSTOS	
Financiamento	20
Seguros de crédito	22
Trabalho	25
Fiscalidade	27
3. CONJUNTURA INTERNACIONAL	30
4. MERCADOS	
Mercados monetários e cambiais	32
Matérias-primas	34
5. UM GASODUTO DE SINES PARA A ALEMANHA OU UM CORREDOR VERDE PARA EXPORTAR HIDROGÉNIO PARA A EUROPA?	36
6. LEGISLAÇÃO	42



- **Abrandamento de novos casos**

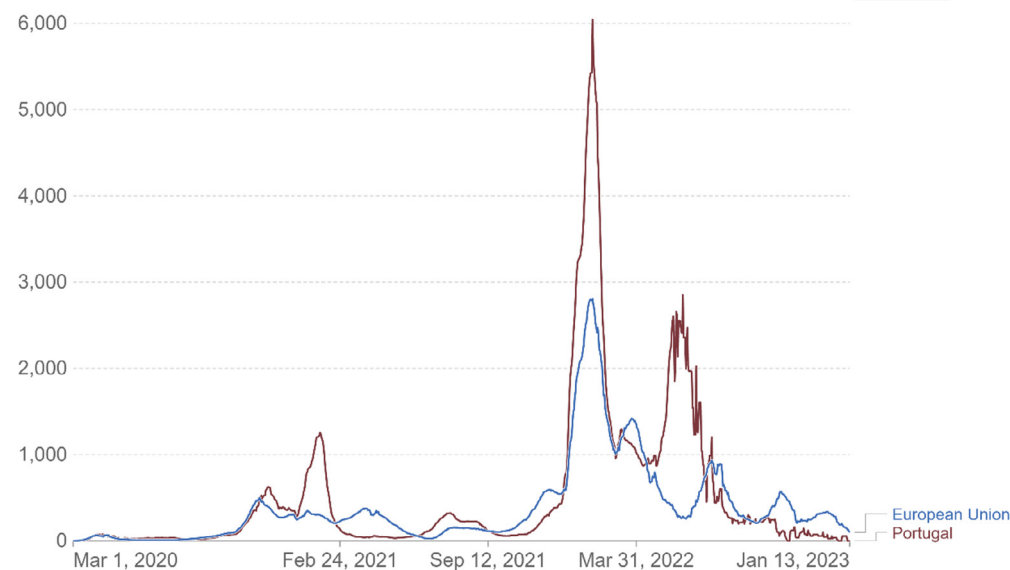
1. CONJUNTURA NACIONAL

Pedro Braz Teixeira ¹

PANDEMIA

Desde meados de Dezembro que se tem registado uma tendência de descida de novos casos de Covid na UE, um movimento que se verificava há mais tempo no nosso país. Ainda assim, continuam a aparecer novas variantes, com riscos incertos.

Novos casos por milhão de habitantes



Fonte: Johns Hopkins University CSSE Covid-19 Data

¹ Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade, responsável pelos textos destas Perspectivas Empresariais, com excepção dos assinalados.



- PIB acelerou em cadeia no 3º trimestre

PIB

No 3º trimestre, o PIB acelerou em cadeia, de 0,1% para 0,4%, tendo desacelerado em termos homólogos, de 7,4% para 4,9%. O contributo da procura interna para a variação em cadeia do PIB passou de -0,5% para 0,4%, com aceleração do consumo privado (de 0,7% para 1,1% em cadeia), em todas as suas componentes, apesar do aumento dos preços e da forte queda dos salários em termos reais.

Depois de ter caído 2,7% no 2º trimestre, o investimento voltou a cair, desta feita um pouco menos (-1,7% em cadeia), na generalidade das suas componentes, com a excepção de um muito ligeiro aumento do Equipamento de transporte. A evolução do investimento não surpreende, num contexto de deterioração de perspectivas, de subida de taxas de juro, de aumento dos diferenciais de crédito e de grandes atrasos quer no investimento público quer na execução do PRR.

As exportações desaceleraram em cadeia, de 2,9% para 1,2%, com a aceleração no caso dos serviços (de 0,8% para 2,8%, sobretudo turismo) a não conseguir compensar o forte abrandamento no segmento dos bens (de 4,0% para 0,4%). As importações também desaceleraram (de 1,5% para 1,2%), mas em menor escala, pelo que o contributo das exportações líquidas para o PIB passou de 0,6% para zero. Ainda assim, a perda dos termos de troca (4,1%) foi ligeiramente menor que no trimestre anterior.

O PIB do 4º trimestre esteve sob duas influências contraditórias: a desaceleração generalizada, quer em termos internacionais quer nacionais; os pacotes de apoio às famílias e às empresas, que terão contrariado aqueles efeitos. É possível que a actividade não tenha chegado a cair neste trimestre, o que, conjugado com o desempenho do resto do ano, permite estimar um forte crescimento. No entanto, estes valores escondem



- Entre 2019 e 2022, Portugal só cresceu mais uma décima do que a média da UE

dois factos: a economia portuguesa foi das que mais caiu na recessão de 2020; a nossa recuperação foi das mais lentas, só tendo sido completada em 2022. Na verdade, entre 2019 e 2022, crescemos em média apenas uma décima acima da média da UE, o que ajuda a colocar em perspectiva as aparentes boas notícias do ano que findou.

Previsões de crescimento para Portugal

Fonte	Data	2022	2023	2024
Conselho das Finanças Públicas	Set/22	6,7	1,2	2,0
Ministério das Finanças	Out/22	6,5	1,3	
FMI	Out/22	6,2	0,7	2,4
Católica	Out/22	6,1	0,5	1,5
Comissão Europeia	Nov/22	6,6	0,7	1,7
OCDE	Nov/22	6,7	1,0	1,2
Banco de Portugal	Dez/22	6,8	1,5	2,0
Forum para a Competitividade	Jan/23	6,6 a 6,7	0 a 2	0,5 a 2

O ano de 2023 será de uma fortíssima desaceleração, sendo possível que a recessão técnica estimada não se venha a materializar. Esta recessão ocorreria entre o 4º trimestre de 2022 e o 1º trimestre de 2023, bastando que não tenha havido quebra no último trimestre do ano passado para evitar a recessão.

De qualquer forma, o ano que agora se iniciou enfrenta dificuldades muito significativas, com o arrastar da guerra na Ucrânia, o abrandamento da economia mundial, a crise energética, a resistência da inflação a ser domesticada, a subida das taxas de juro e dos diferenciais de crédito.



- Forum para a Competitividade estima um forte abrandamento do crescimento, de entre 6,6% a 6,7% em 2022 para entre 0% e 2% em 2023 e entre 0,5% e 2% em 2024

- Aceleração no 3º trimestre

- Confiança dos consumidores recuperou de forma insuficiente

Em 2024, a economia regressaria a um crescimento mais próximo do potencial, momento em que será confrontado com o nível demasiado baixo deste potencial. Nos últimos tempos, a conjuntura tem sido demasiado instável, o que tem dificultado a leitura da capacidade estrutural do nosso PIB, mas no próximo ano as nossas fragilidades estruturais tornar-se-ão mais evidentes.

Em resumo, o Forum para a Competitividade estima um forte abrandamento do crescimento, de entre 6,6% a 6,7% em 2022 para entre 0% e 2% em 2023 e entre 0,5% e 2% em 2024.

CONSUMO

No 3º trimestre, o consumo privado acelerou, passando de uma variação em cadeia de 0,7% para 1,0%, quer nos bens duradouros (de 1,9% para 2,1%) quer nos bens não duradouros e serviços (de 0,6% para 1,0%).

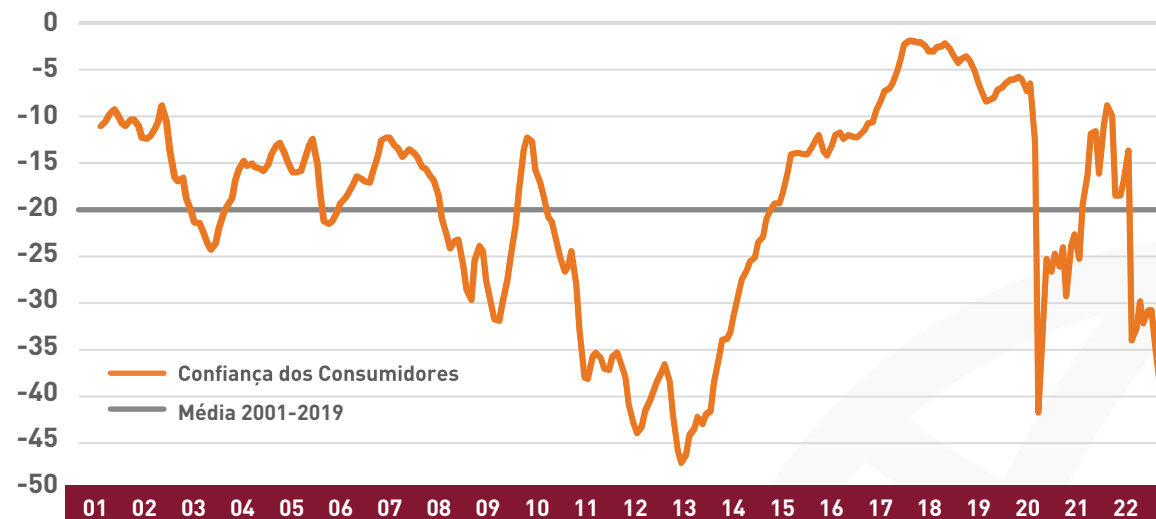
A taxa de poupança, que já se encontrava abaixo dos níveis pré-pandemia (7%), voltou a cair, de 6,0% para 5,1%. Isto indicia que a queda da taxa de poupança terá sido utilizada para amortecer a queda do rendimento disponível que a inflação está a provocar. Ou seja, se as famílias não tivessem reduzido a poupança desta forma, o consumo teria fraquejado. Mas também implica que esta trajetória é insustentável e que as famílias terão que adaptar o seu consumo ao seu rendimento.

A confiança dos consumidores tinha caído de forma abrupta após a invasão da Ucrânia, recuperando de forma ligeira nos meses seguintes. No entanto, em Setembro voltou a sofrer uma queda, para valores piores do que os de Março, seguindo-se uma melhoria insuficiente para compensar esta deterioração.



- Consumo privado fraco em 2023

Confiança dos consumidores voltou a cair



Fonte: INE.

Em 2023, o emprego deve estagnar, enquanto os salários deverão voltar a subir abaixo da inflação e, em muitos casos, mesmo abaixo dos 5,1% que foi usado como referencial para as remunerações. Isto significa que o rendimento das famílias tem perspectivas muito limitadas no corrente ano. Para além disso, o aumento das taxas de juro e das prestações do crédito à habitação deverão continuar a retirar margem para gastos correntes. Por tudo isto, o consumo privado deverá ser muito fraco no ano que se inicia.



- Exportações de bens em desaceleração sucessiva

EXPORTAÇÕES

Face aos últimos três meses, registou-se uma sucessiva desaceleração da exportação de bens, com a excepção mais significativa dos EUA. Para além disso, também se registou um abrandamento da subida do preço unitário, de 18,4% em Agosto para 13,0% em Novembro. As importações também têm estado num movimento equivalente, mesmo as de combustíveis, que em Outubro e Novembro se fixaram nos menores valores do ano.

A deterioração das perspectivas internacionais deve continuar a afectar as nossas exportações, enquanto a relativa estabilização do preço dos combustíveis deve contribuir para limitar o impacto sobre as importações.



Comércio externo de bens, taxa de variação homóloga

Indicador	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Exportações – total	16,2	40,6	37,3	27,9	32,3	24,7	21,1	18,9
Espanha	17,2	32,3	28,5	20,7	37,7	20,8	20,8	12,3
França	9,4	18,1	29,2	16,2	24,2	21,4	16,3	17,3
Alemanha	20,7	32,3	31,9	28,6	38,0	23,8	22,1	10,9
EUA	44,0	180,0	91,2	34,7	15,8	13,8	19,7	24,0
Reino Unido	-13,1	38,4	51,8	35,5	41,8	6,6	13,7	27,6
Itália	27,3	44,3	37,6	20,6	24,3	28,6	7,6	19,5
Países Baixos	18,8	30,4	47,7	29,1	40,5	32,7	15,7	-1,2
Bélgica	16,0	-6,8	12,0	27,0	18,5	33,1	26,9	19,2
Angola	27,6	72,8	59,3	33,2	63,1	83,6	40,1	44,5
Polónia	4,2	27,5	21,3	14,7	9,6	22,0	20,0	11,8
Importações – total	26,6	45,4	42,7	31,3	49,6	30,0	26,0	16,2
Import. sem combustíveis	16,0	34,0	24,6	22,5	33,1	26,8	25,2	13,5
Importações combustíveis	128,3	141,2	220,5	97,8	153,5	51,0	32,9	36,0

Fonte: INE.

- “Ano agrícola 2021/22 foi o mais quente e o terceiro menos chuvoso desde 1931”

AGRICULTURA

“As previsões agrícolas, em 31 de outubro, apontam para decréscimos de produtividade da azeitona (-40%, face ao ano anterior), em resultado da escassa precipitação e das elevadas temperaturas. Nas fruteiras, o cenário é semelhante, com quebras generalizadas de produção na ordem dos 45% na pera, 30% na castanha, 20% na maçã,



- “Entre janeiro e outubro de 2022, as exportações de produtos agrícolas aumentaram 30,5%”

15% na amêndoa e 5% no kiwi. A vindima de 2022 também deverá registrar decréscimos (-15%), antecipando-se a produção de vinhos bem estruturados, com harmonia entre álcool, acidez, açúcares e taninos.

“As culturas arvenses de primavera foram igualmente afetadas pelas condições de seca severa presentes ao longo do seu ciclo vegetativo, prevendo-se decréscimos de produção de 10% no milho para grão de regadio e de 15% no arroz e no tomate para a indústria.” INE, 18 Nov 2022.

“De acordo com a primeira estimativa das Contas Económicas da Agricultura para 2022, prevê-se que o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano, registre um decréscimo acentuado (-11,8%), situação que não ocorria desde 2011. Para esta evolução foi determinante o decréscimo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (-10,7%). Note-se que, em 2022, terá persistido e mesmo agravado o diferencial positivo de crescimento entre os preços de produtos de consumo intermédio e os preços da produção (ver gráfico com a tesoura de preços). Por um lado, a atividade agrícola enfrentou dificuldades excepcionais ao nível climático (o ano mais quente desde 1931), por outro, em consequência do contexto internacional da guerra na Ucrânia, assistiu-se a aumentos pronunciados dos preços (com destaque para os cereais, energia e outros produtos utilizados na atividade agrícola).

“As exportações de produtos agrícolas, no período de janeiro a outubro de 2022, registaram um aumento de 30,5% face ao período homólogo, enquanto as exportações totais de bens aumentaram 25,2%. No mesmo período, as importações de produtos agrícolas aumentaram 32,2%, um acréscimo menos intenso que o das importações totais de bens, 35,7%.” INE, 15 Dez 2022.



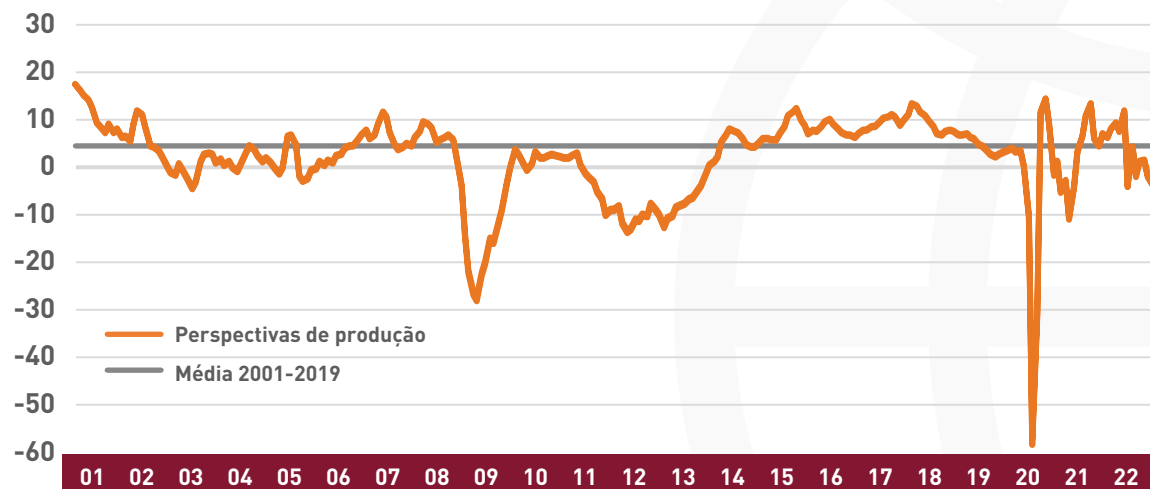
- Melhoria tímida

INDÚSTRIA

Na indústria, as perspectivas de produção registaram uma ligeira melhoria no final de 2022, mas permaneceram muito abaixo do verificado no início do ano. Em Dezembro, o indicador de confiança aumentou nos agrupamentos de Bens Intermédios e de Bens de Investimento e diminuiu nos Bens de Consumo.

Nos gráficos, optámos por não usar médias móveis para os valores de 2020 a 2022, para evidenciar a evolução de cada mês.

Perspectivas de produção



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora, médias móveis de 3 meses em relação aos valores corrigidos de sazonalidade.

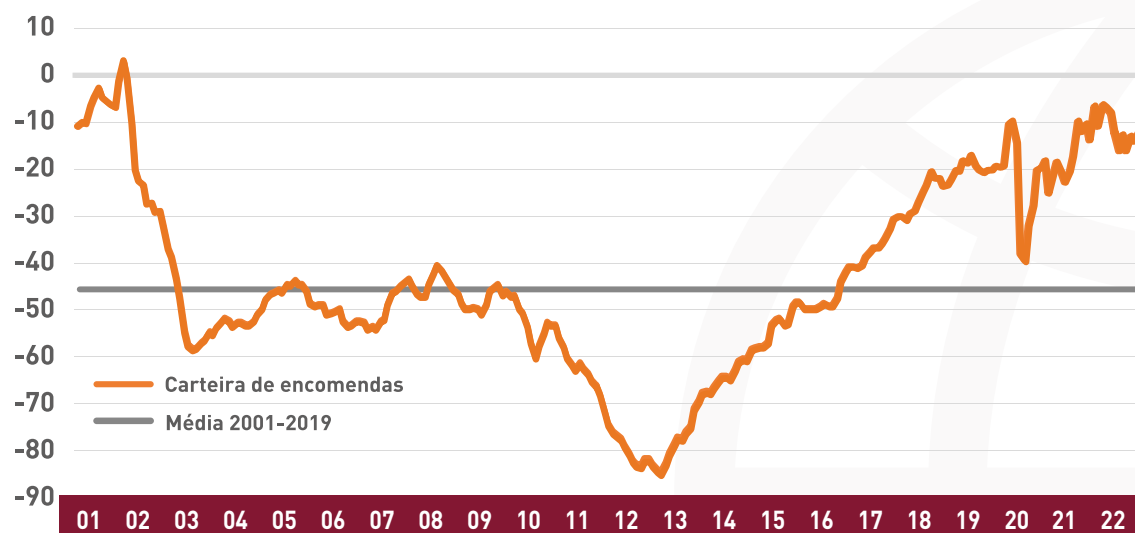


- Carteira de encomendas
caiu no final do ano

CONSTRUÇÃO

Na construção, a carteira de encomendas caiu no final de 2022, após alguns meses de tímida recuperação, incapaz de ultrapassar os valores de início do ano.

Carteira de encomendas



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas, médias móveis de 3 meses.

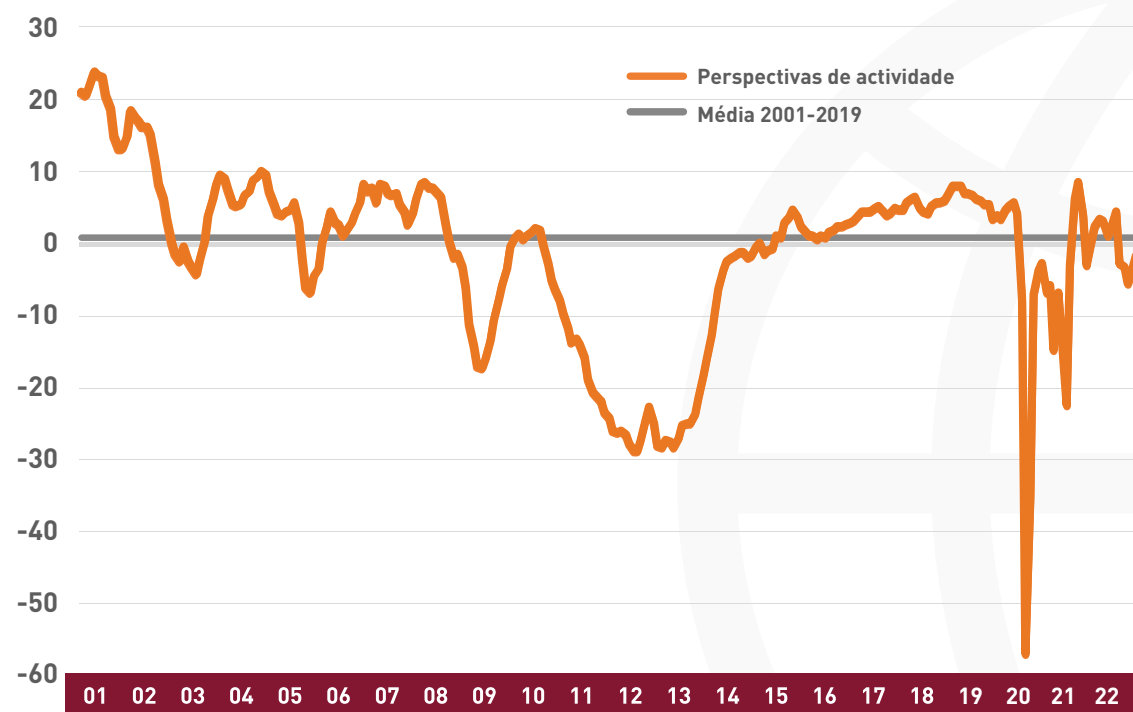


- Grande instabilidade

COMÉRCIO

Em Setembro e Outubro, registou-se uma profunda queda das perspectivas da actividade, apesar da promessa de pacote de ajuda às famílias. Em Novembro houve uma nítida recuperação, logo contrariada no mês seguinte.

Perspectivas de actividade



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Comércio, médias móveis de 3 meses.

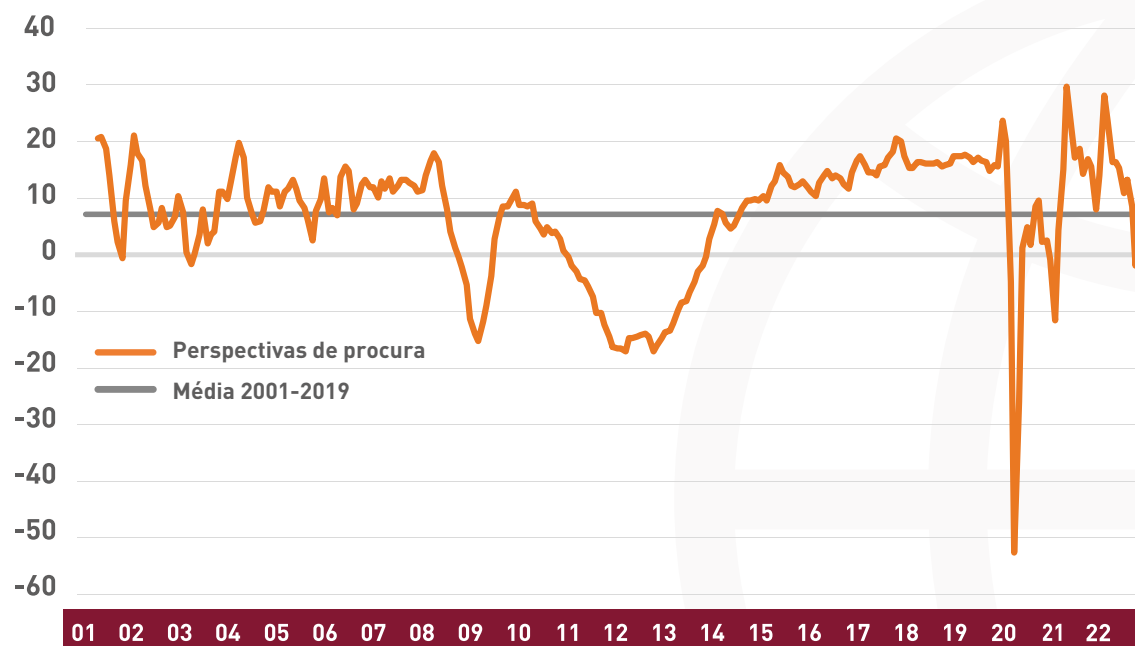


- Recuperação limitada

SERVIÇOS

Os serviços foram exceção, ao conseguirem melhorar as perspectivas de procura no final do ano, ainda que aquelas se tenham mantido muito abaixo dos valores iniciais do ano.

Perspectivas de procura



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços, médias móveis de 3 meses.

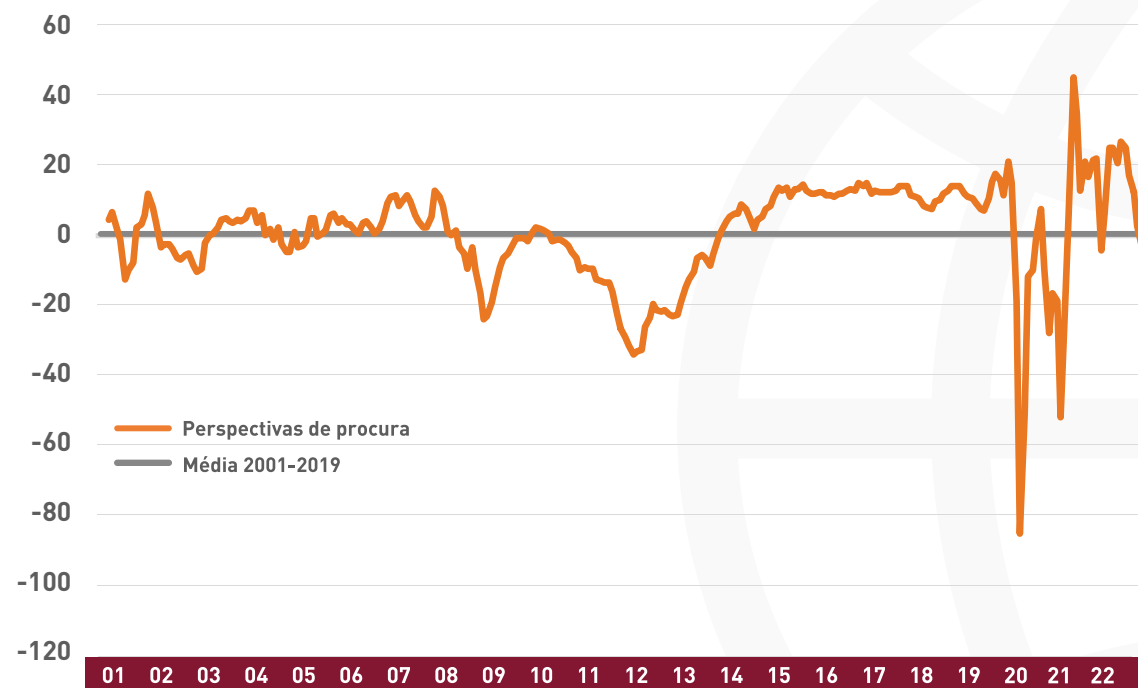


- Afectado pelas fracas perspectivas económicas, nacionais e internacionais

TURISMO

No alojamento e restauração, a recuperação muito limitada de Dezembro foi claramente insuficiente para compensar a forte quebra dos meses precedentes. O turismo já regressou ao número de dormidas atingidas em 2019, até antes do que previsto, o que é de saudar. O lado menos bom disto é que significa que já não haverá um crescimento extra no ano corrente, que também deve ser adversamente afectado pelas fracas perspectivas económicas, nacionais e internacionais.

Alojamento, Restauração e Similares. Perspectivas de procura



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços, médias móveis de 3 meses.



- Novo máximo dos últimos 30 anos

INFLAÇÃO

Em Portugal, a taxa de inflação homóloga em Dezembro foi de 9,6%, o segundo mês de queda face ao máximo dos últimos 30 anos, registado em Outubro (10,1%), mas passando a ser superior à da zona do euro (9,2%). Para além disso, a nossa inflação subjacente continuou a subir, para 7,3%. As componentes onde os preços têm crescido mais continuam a ser a energia (20,9%) e a alimentação (17,6%), as mais afectadas pela guerra na Ucrânia. A inflação média subiu de 1,3% em 2021 para 7,8% em 2022.

Previsões da taxa de inflação

Fonte	Data	2023	2024
Conselho das Finanças Públicas	Set/22	5,1	2,2
Ministério das Finanças	Out/22	4,0	
FMI	Out/22	4,7	2,6
Católica	Out/22	6,0	3,5
Comissão Europeia	Nov/22	5,8	2,3
OCDE	Nov/22	6,4	6,2
Banco de Portugal	Dez/22	5,8	3,3
Forum para a Competitividade	Jan/23	4 a 6	2 a 4



- Forum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação, de 7,8% em 2022 para entre 4% e 6% em 2023 e 2% e 4% em 2024

O BCE estima que o máximo da inflação da zona euro só venha a ser registado em Janeiro ou Fevereiro, com as actualizações anuais de um conjunto significativo de bens e serviços. A partir daí, há cepticismo sobre o ritmo de descida da inflação, embora seja consensual que a inflação entre numa clara trajectória descendente.

Há sempre a possibilidade de a guerra gerar nova perturbação nos preços, sobretudo dos produtos energéticos, mas a generalidade dos efeitos é no sentido do abrandamento: a desaceleração mundial a contribuir para uma diminuição dos preços de várias matérias-primas, bens e serviços; a subida das taxas de juro dos bancos centrais; o enfraquecimento da procura; as subidas salariais contidas.

Em resumo, o Forum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação nacional, de 7,8% em 2022 para entre 4% e 6% em 2023 e 2% e 4% em 2024.



2. AS EMPRESAS E OS SEUS CUSTOS

FINANCIAMENTO



- **Redução muito significativa do recurso ao crédito por parte das empresas**

Entre janeiro e outubro de 2022 as **novas operações de crédito** a sociedades não-financeiras (SNF) ascenderam a um valor agregado de €17.1 mil milhões, o que representa um aumento de apenas 4% relativo ao mesmo período de 2021, e quase €12 mil milhões abaixo do observado em 2020. Este montante foi cerca de €20 mil milhões inferior à média verificada entre 2003 e 2019, o que confirma a redução muito significativa do recurso ao crédito por parte das empresas.

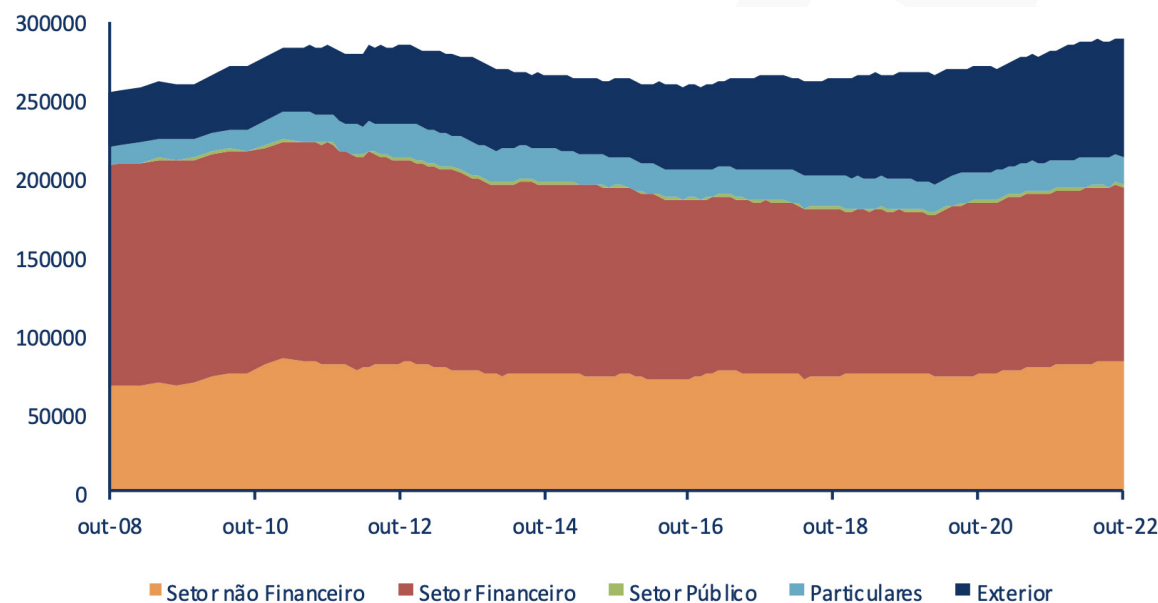
Em outubro, **as taxas de juro das novas operações** a SNF aumentaram pelo sexto mês consecutivo, para 2.73%, atingindo o nível mais elevado desde 2015. Depois de um período de estabilização entre 2017 e o final de 2021, o agravamento das condições financeiras na sequência do aperto da política monetária por parte do BCE continua a acentuar-se ao nível das taxas de juro praticadas no crédito a empresas, com uma variação anual de quase 2 pontos percentuais.



- As taxas de juro das novas operações atingiram o nível mais elevado desde 2015

O **crédito de cobrança duvidosa** respeitante às SNF atingiu em outubro o valor mais elevado dos últimos 11 meses, situando-se em 2.42% (do total de crédito), o que contrasta com o mínimo dos últimos 14 anos atingido no passado mês de março (2.20%). Apesar dos valores serem ainda muito reduzidos em termos relativos, e em particular face aos máximos da série (16.2%) atingidos em 2016, esta deterioração deriva do aumento dos custos do financiamento mesmo incorporando já a desaceleração da atividade económica, sobretudo do comércio externo, e do agravamento da incerteza geopolítica. Com exceção dos setores *imobiliário* e da *construção*, os restantes observam uma subida da percentagem de crédito em incumprimento, com destaque para as indústrias extrativas.

Portugal: endividamento do setor privado - empresas não-financeiras (estrutura, milhões €)



Fonte: BdP



- Economia portuguesa
deverá crescer 6,7% em
2022 e 0,1% em 2023
escapando à recessão

No que concerne ao stock total de dívida, o **endividamento das SNF** fixou-se em €289.9 milhões em outubro, uma redução de apenas €181 milhões comparativamente ao máximo histórico atingido no mês anterior. Apesar do valor absoluto da dívida das SNF continuar próximo dos máximos de sempre, em termos relativos o **peso do endividamento das SNF** no total do setor não-financeiro regista um decréscimo de quase 7 p.p. desde o máximo de 43% atingindo durante a crise financeira, para 36.5% em outubro.

No que concerne à **estrutura do endividamento das SNF por setor financiador**, em outubro a percentagem do endividamento junto a outras SNF, ao exterior e ao setor financeiro ascendeu a 28.4%, 26.1% e 38.6% do total, respetivamente. O financiamento junto do exterior aumentou 7.7% em termos homólogos, tendo o respetivo peso praticamente duplicado na última década.

SEGUROS DE CRÉDITO

COSEC

A economia portuguesa deverá crescer 6,7% neste ano e 0,1% em 2023, estimam os especialistas da Allianz Trade², acionista da COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, superando as previsões para o produto interno bruto (PIB) da Zona Euro. As previsões para economia nacional foram assim revistas em alta face à última previsão, divulgada em setembro, e que apontavam para um crescimento económico de 6,3% em 2022 e uma contração de 0,3% em 2023. Já em 2024, a economia portuguesa deverá expandir 1,5%.

² A Allianz Trade é a marca registada utilizada para designar a gama de serviços prestados pela Euler Hermes, S.A.



Apesar da possibilidade de racionamento do gás parecer ter sido evitada, os preços persistentemente elevados da energia deverão levar a Zona Euro para a recessão em 2023. As estimativas da acionista da COSEC, no estudo [Economic Outlook 23-24: Keep Calm and Carry On](#), apontam para um crescimento de 3,3% dos países da moeda única em 2022 e uma recessão de 0,4%. No ano de 2024, a economia do euro deverá crescer 1%.

Entre as principais economias do bloco económico, a Alemanha deverá crescer 1,8% neste ano e contrair 0,7% em 2023. O regresso ao crescimento do motor da economia do euro deverá acontecer em 2024, com uma subida do PIB de 0,6%. No caso da França, em 2022, o PIB deverá acelerar 2,5% e contrair 0,4% em 2023. Tal como a alemã, a economia francesa deverá crescer em 2024 (0,9%). Espanha, por outro lado, deverá registar um crescimento económico de 4,6% em 2022 e 0,2% em 2023 escapando, tal como Portugal, de um cenário de recessão. Em 2024, a economia espanhola deverá avançar 1,2%.

“Pre vemos apenas uma retoma modesta em 2024-25 para países do euro com uma maior dependência do gás e setores transformadores maiores. A crise energética irá deprimir o crescimento por mais alguns anos. Esperamos que o crescimento do PIB caia -0,4% em 2023 antes de recuperar +1,0% em 2024, o que tornaria a recuperação tão fraca como após a crise da dívida da Zona Euro em 2012”, afirma Ludovic Subran, economista-chefe da Allianz.

Para a economia norte-americana, as previsões da Allianz Trade apontam para uma subida do PIB de 1,9% em 2022 e uma contração de 0,3% em 2023. Já em 2024, a maior economia do mundo deverá expandir 1,6%. A economia chinesa deverá subir 2,8% neste ano, 4% em 2023 e 5,2% em 2024.



- Inflação superior a 5% em 2023

“Em 2023, continuamos a prever uma ligeira recessão na Europa, na sequência da crise energética. E, nos EUA, devido à normalização abrupta das condições monetárias e financeiras. Esta recessão irá ser um teste à resiliência. Nas economias emergentes, esperamos que o crescimento permaneça estável em 2023. Em 2024, antecipamos uma recuperação nos EUA enquanto na Zona Euro poderá ficar presa num cenário de confusão devido ao ‘para-arranca’ energético”, afirma Ludovic Subran, economista-chefe da Allianz.

A subida dos preços é uma tendência que se vai manter em 2023, tanto em Portugal como no resto da Zona Euro. A Allianz Trade* reviu em alta as suas previsões, estimando que a inflação em Portugal se situe nos 7,7% neste ano e nos 5,3% em 2023. Em setembro, a líder mundial de seguros de crédito apontava para que a inflação fosse de 7% em 2022 e de 4,3% no próximo ano.

Para o conjunto de países da área do euro, o ano de 2022 deverá terminar com uma inflação de 8,5%. No próximo ano, a taxa de inflação deverá recuar para os 6,1%. Entre as principais economias da moeda única, a Alemanha deverá registar uma inflação de 8,8% neste ano e de 6,8% em 2023. As previsões da acionista da COSEC sugerem que a economia gaulesa deverá terminar o ano com uma inflação de 5,8% e de 5,4% em 2023. E, em Espanha, a inflação deverá atingir os 8,6% em 2022 e os 4,8% em 2023.

Nos Estados Unidos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 8,1% em 2022 e nos 4,1% em 2023. Já na China, a taxa de inflação será de 2% e de 2,2% no próximo ano.



- Subida do desemprego

- Desemprego com subida limitada

TRABALHO

Pedro Braz Teixeira

No 3º trimestre, a taxa de desemprego subiu ligeiramente, de 5,7% para 5,8%, ainda que tenha havido criação de emprego. Talvez ainda mais relevante tenha sido a redução no número de desempregados de longa duração (mais de 12 meses), que beneficiou de uma queda notável, de quase um sexto em apenas um trimestre.

Já em Novembro, registou-se uma surpreendente subida do desemprego, de 6,0% para 6,4%, que foi inesperada na intensidade, já que os sinais de degradação do mercado de trabalho se vinham acumulando no 4º trimestre.

Em 2023, a desaceleração prevista da economia tem condições para a sucessiva deterioração do emprego, mas de forma não muito pronunciada, pelo que a taxa de desemprego poderá subir pouco, mantendo-se sempre abaixo dos 7%.

Previsões de taxa de desemprego

Fonte	Data	2022	2023	2024
Conselho das Finanças Públicas	Set/22	5,6	5,3	5,1
Ministério das Finanças	Out/22	5,6	5,6	
FMI	Out/22	6,1	6,5	6,4
Católica	Out/22	5,9	5,9	5,9
Comissão Europeia	Nov/22	5,9	5,9	5,7
OCDE	Nov/22	6,1	6,4	6,2
Banco de Portugal	Dez/22	5,9	5,9	5,9
Forum para a Competitividade	Jan/23	5,8 a 6	5,5 a 6,5	5,5 a 6,5



- Forum para a Competitividade antecipa um aumento ligeiro da taxa de desemprego, de entre 5,8% a 6% em 2022 para entre 5,5% para 6,5% em 2023 e manutenção neste intervalo em 2024

Dado que as estimativas de taxa natural de desemprego a situam entre 6% e 7%, pode-se dizer que Portugal deverá conseguir manter-se no “pleno emprego” durante a presente crise. Embora possamos assistir a despedimentos, é também provável que haja empresas que aproveitem a oportunidade para contratar.

Insistimos que seria muito positivo que as dificuldades que se antecipam no mercado de trabalho permitissem a transferência de trabalhadores das empresas menores e menos sólidas para as maiores e mais robustas, mas o enquadramento institucional não favorece esta evolução.

Assim, o Forum para a Competitividade antecipa um aumento ligeiro da taxa de desemprego, de entre 5,8% a 6% em 2022 para entre 5,5% para 6,5% em 2023 e manutenção neste intervalo em 2024.



- Flexibilização do calendário fiscal, em sede de IRC e IVA

FISCALIDADE

TELLES

Acórdão do CAAD n.º 860/2021-T, de 3 de outubro: determina que “A interposição artificial na contratação e realização de prestação de serviços de uma sociedade comercial, que é desprovida de substância económica ou de razões comerciais válidas e que serviu proeminentemente para a obtenção no período tributário de uma tributação mais favorável em sede de IRC em face daquela que resultaria da tributação dos mesmos rendimentos em sede de IRS, é subsumível à CGAA prevista no artigo 38.º, n.º 2, da LGT”;

Conclusões do Conselho Europeu, de 12 de outubro: lista revista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais;

Informação Vinculativa da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 12 de outubro: relativa ao regime da renúncia à isenção do IVA (cedência de posição contratual);

Portaria n.º 253/2022, de 20 de outubro: procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2022;

Despacho n.º 317/2022-XXII, de 14 de novembro, do SEAF: determina a flexibilização do calendário fiscal, em sede de IRC e IVA;

Despacho n.º 318/2922-XXII, de 15 de novembro, do SEAF: determina a flexibilização do calendário fiscal, em sede de IVA;



Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 20/2022/M, de 28 de novembro: apresenta à Assembleia da República a proposta de lei pela criação de um regime de mecenato para as Regiões Autónomas - alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais;

Portaria n.º 286/2022, de 2 de dezembro: aprova a declaração modelo 37 – Juros de Habitação Permanente, Prémios de Seguros, Comparticipações em Despesas de Saúde, Planos de Poupança Reforma (PPR) e Fundos de Pensões e Regimes Complementares, a vigorar no ano de 2023 e seguintes;

Portaria n.º 287/2022, de 2 de dezembro: aprova a declaração modelo 44 e respetivas instruções de preenchimento, para efeitos da comunicação anual de rendas recebidas;

Portaria n.º 288/2022, de 2 de dezembro: aprova a declaração modelo 25 - donativos recebidos e respetivas instruções de preenchimento a utilizar pelas entidades que recebam donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado no EBF;

Portaria n.º 289/2022, de 2 de dezembro: aprova a declaração modelo 39 (rendimentos e retenções a taxas liberatórias);

Despacho n.º 14043-A/2022, de 5 de dezembro: aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem no primeiro semestre do ano de 2023;

Despacho n.º 14043-B/2022, de 5 de dezembro: aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem no segundo semestre do ano de 2023;



Despacho n.º 8/2022-XXIII, de 13 de dezembro: entre várias outras coisas, determina (i) que a comunicação dos elementos das faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, emitidos em 2023, bem como a comunicação da não emissão de documentos dessa natureza, possam ser efetuadas - sem quaisquer acréscimos ou penalidades - até dia 8 do mês seguinte ao da sua emissão; (ii) que a obrigação de comunicação de inventários relativos ao ano de 2022, possa ser efetuada, sem quaisquer acréscimos ou penalidades - até 28 de fevereiro de 2023 ou até ao final do segundo mês seguinte ao termo do período de tributação; e (iii) que até 31 de dezembro de 2023 sejam aceites faturas em PDF, sendo consideradas como faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal;

Proposta de Lei n.º 56/XV: estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial;



- Zona euro poderá escapar a recessão técnica

3. CONJUNTURA INTERNACIONAL

Pedro Braz Teixeira

A invasão da Ucrânia continua a pesar sobre a generalidade das economias, mas sobretudo sobre as europeias. O FMI considera que um terço do mundo (e metade da UE) deverá entrar em recessão em 2023, que deverá ser um ano mais duro do que 2022. Os EUA, UE e China estão a desacelerar em simultâneo, o que agrava o cenário. Para além disso, pela primeira vez em 40 anos, a China deverá crescer abaixo da média mundial, passando de motor a lastro para o crescimento global.

Até há poucas semanas atrás, quer a Comissão Europeia quer o BCE antecipavam que o PIB da zona euro caísse no 4º trimestre de 2022 e no 1º trimestre de 2023, devido à incerteza elevada, à crise energética, ao abrandamento da economia mundial e à subida generalizada das taxas de juro e dos prémios de risco. Aquela queda da actividade na zona euro corresponderia à chamada “recessão técnica”, mas que seria pouco demorada e pouco profunda.

No entanto, nas últimas semanas, tem-se verificado que a economia da zona euro tem lidado melhor com a crise energética do que o esperado, quer devido à descida dos preços da energia, quer com a diminuição do consumo (facilitado pelo Inverno ameno), quer com a captação de fornecimentos alternativos. Assim, poderá escapar à tal recessão técnica, mas o crescimento deve ser tímido em 2023, pelas dificuldades já referidas, só recuperando em 2024.

Em relação à inflação, continuam as revisões em alta, em particular na zona euro, em que o regresso a níveis em linha com a referência do BCE (2%) foi adiado por mais um ano, para 2025. Enquanto nos EUA a inflação já está em queda há seis meses, na zona euro o pico só deverá ser atingido no início de 2023.



- O FMI considera que um terço do mundo (e metade da UE) deverá entrar em recessão em 2023

Previsões de crescimento

País	PIB			Inflação*		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
África do Sul	1,9	1,1	1,4	6,7	5,5	4,8
Alemanha	1,6	-0,4	1,5	8,6	7,6	3,2
Angola	2,9	3,4	3,9	21,7	11,8	9,9
Argélia	4,7	2,6	2,0	9,7	8,7	9,3
Austrália	3,9	1,9	1,7	6,5	4,7	2,7
Áustria	4,6	0,5	1,4	8,3	6,2	3,1
Bélgica	2,7	0,4	1,3	9,9	5,9	3,1
Brasil	2,8	1,1	1,7	9,2	4,4	4,2
Canadá	3,1	1,2	1,5	7,6	4,2	3,0
China	3,3	4,5	4,3	2,1	2,2	1,9
Colômbia	7,8	1,7	2,2	10,0	8,3	4,8
Coreia do Sul	2,6	1,9	2,3	5,3	3,9	2,3
Dinamarca	2,9	0,4	1,5	7,5	4,7	2,6
Espanha	4,5	1,3	2,1	8,7	4,8	4,1
Estados Unidos	1,7	0,7	1,1	7,1	3,5	2,4
França	2,6	0,6	1,4	5,9	5,2	2,6
Índia	6,7	5,9	6,9	6,9	5,3	4,4
Itália	3,4	0,0	1,2	8,4	5,9	2,4
Japão	1,7	1,7	1,1	2,2	1,7	1,4
Marrocos	0,8	3,1	3,0	6,2	4,1	2,2
México	2,3	1,4	1,9	8,0	6,0	3,6
Moçambique	3,7	4,9	8,2	11,3	8,6	8,2
Países Baixos	4,5	0,7	1,4	11,9	6,9	3,6
Polónia	4,1	0,7	2,7	13,8	13,0	5,3
Reino Unido	4,1	-0,3	0,6	8,6	7,7	3,3
Rússia	-3,7	-3,9	0,7	13,8	5,0	4,0
Suécia	2,8	-0,4	1,6	7,9	7,3	2,5
Suíça	2,2	0,9	1,7	3,0	2,5	1,7
Taiwan	3,3	2,8	2,1	3,1	2,2	1,4
Turquia	5,1	3,0	3,2	73,2	47,9	33,1
Zona Euro	3,2	0,4	1,6	8,4	6,2	2,9
PORTUGAL	6,5	0,8	1,8	8,1	5,7	2,4

Fonte: FMI (Out-22), OCDE (Nov-22), Comissão Europeia (Nov-22).



4. MERCADOS



MERCADOS MONETÁRIOS E CAMBIAIS

**- Taxas Euribor
situam-se em máximos
desde 2008/2009**

As taxas Euribor registaram uma subida significativa nos meses mais recentes, em particular desde o início de julho, com as taxas Euribor para diferentes prazos a atingirem máximos desde 2008/2009, depois de se terem situado em mínimos históricos em dezembro de 2021. O aumento das tensões inflacionistas na generalidade dos países europeus, que reflete, entre outros fatores, a subida dos custos associados à energia, ao que não é alheio a intervenção militar da Rússia na Ucrânia, bem como as disrupções verificadas nas cadeias de produção e de abastecimento na sequência da estratégia de Covid Zero seguida pela China, levou os principais Bancos Centrais a subir as suas taxas diretoras de forma significativa, o que em alguns casos tem acontecido com amplitudes acima do previsto anteriormente, bem como a manter presente a expectativa de que o movimento de subida dessas mesmas taxas poderá ainda ter continuidade no início de 2023. O BCE nas reuniões realizadas entre julho e dezembro para analisar a política monetária, como antecipado, decidiu subir as suas taxas de intervenção em todas as reuniões numa amplitude total de 2.50%, colocando a taxa associada às operações

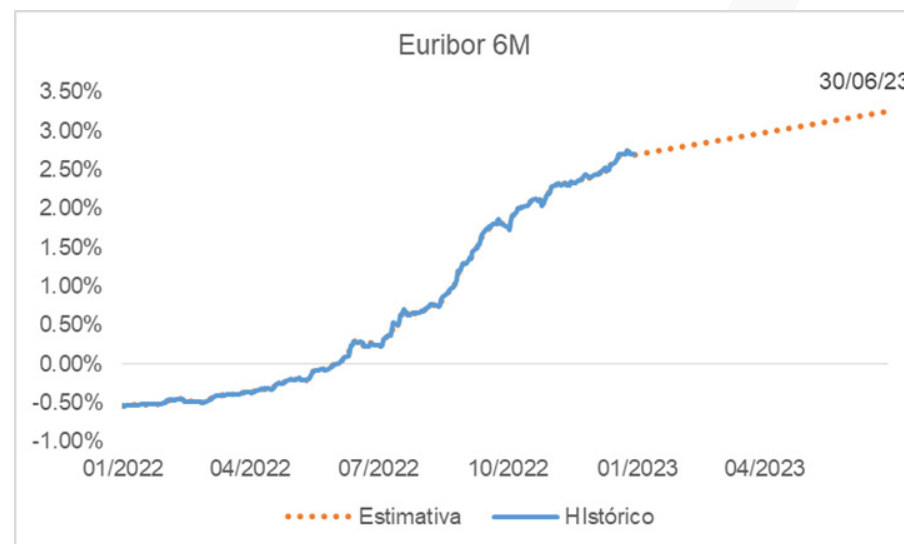


**- Dólar norte-americano
valoriza face ao Euro**

principais de refinanciamento nos 2.50%, enquanto a facilidade permanente de depósitos passou, no mesmo período de tempo, de -0.50% para +2.00%, abandonando a política de taxas de juro negativas, e referindo que o processo de subida de taxas deverá ter continuidade nas próximas reuniões, uma vez que as estimativas para a inflação a longo prazo permanecem ainda acima do objetivo definido (taxa de inflação de 2%).

No atual enquadramento em que o Banco Central Europeu deverá continuar a subir as suas taxas de intervenção nas próximas reuniões, embora tal possa acontecer numa amplitude menos significativa do que a verificada anteriormente, estima-se a continuação do movimento de subida nas taxas Euribor ao longo dos próximos meses em antecipação às alterações da política monetária, mas ainda assim numa menor amplitude do que a verificada ao longo de 2022.

Euribor a 6 meses





- Preços de petróleo corrigem

Desde o início do ano de 2022 o Dólar norte-americano registou uma valorização de cerca de 5% em relação ao Euro, passando de 1.13 para valores próximos de 1.07, embora entre o final de agosto e o início de novembro a cotação EUR/USD se tenha situado ligeiramente abaixo da paridade, o que confirma a tendência verificada durante grande parte do ano de 2021. O processo mais rápido de subida das taxas de intervenção por parte da Reserva Federal norte americana, comparativamente com as decisões tomadas pelo BCE, continua a funcionar como catalisador da moeda norte-americana, num contexto em que os investidores aumentaram a procura por ativos considerados refúgio tendo em conta a incerteza provocada pela guerra na Ucrânia.

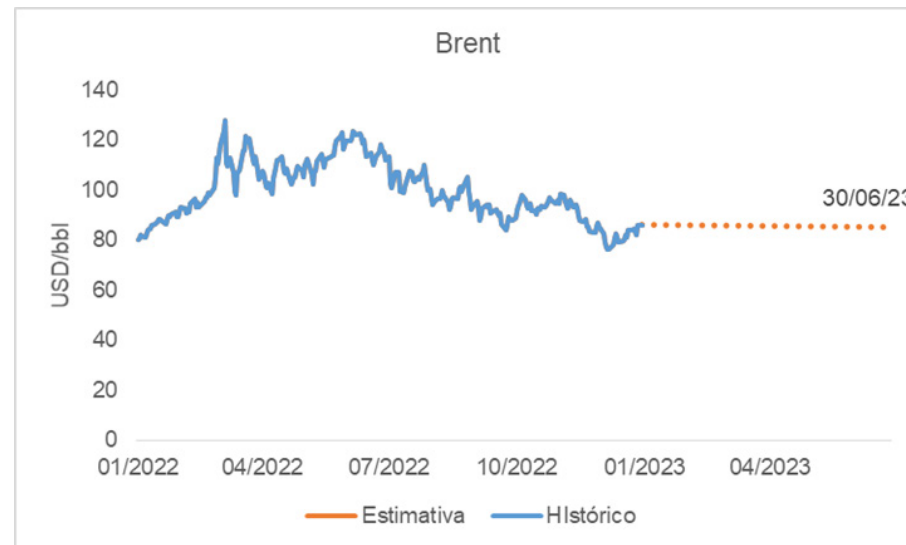
MATÉRIAS PRIMAS

Depois de no primeiro semestre de 2022 se ter registado um aumento do preço para níveis máximos dos últimos dez anos, o Brent corrigiu nos últimos seis meses do ano até valores abaixo de \$80 por barril (mínimos desde o final de 2021). O sentimento de mercado foi influenciado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, pelas perspetivas de menor crescimento económico a nível global, e pelos próprios fundamentais da indústria. A possibilidade da retirada de produção russa do mercado, na sequência do leque alargado de sanções internacionais contra a Rússia, levou ao incremento do preço do crude nos mercados internacionais. A primeira reação de aumento do preço foi posteriormente revertida pelos receios de uma desaceleração económica, nomeadamente no Ocidente, mas também na China. De facto, a segunda maior economia mundial foi negativamente afetada pela política de Covid Zero e pelos confinamentos impostos pelo governo. Por outro lado, o balanço do mercado permaneceu menos pessimista do que o antecipado, com os volumes de produção russa a encontrarem compradores (nomeadamente



asiáticos), apesar de a um preço a desconto. A valorização do dólar também contribuiu para aumentar os receios sobre a performance económica das economias emergentes. A entrada de 2023 é assim caracterizada por um cenário de incerteza quanto ao desenrolar da frente política/militar na Ucrânia, mas também da frente económica (com o conseqüente impacto na procura de crude).

Preço do petróleo





**- Sines apenas permitiria
satisfazer uma
quantidade mínima do
gás de que a Alemanha
necessita**

5. UM GASODUTO DE SINES PARA A ALEMANHA OU UM CORREDOR VERDE PARA EXPORTAR HIDROGÉNIO PARA A EUROPA?

Luís Mira Amaral ³

I-UM GASODUTO DE SINES PARA A ALEMANHA?

O chanceler alemão acossado pela trágica dependência do gás natural (GN) russo aceita obviamente tudo o que permita minimizar tal. O espanhol Sanchez vendeu-lhe então o reforço das interligações gasistas entre a Espanha e a França, através da construção do primeiro troço do gasoduto MidCat (Midi Catalogne), que levaria nove meses a executar, permitindo a utilização dos seis terminais espanhóis de gás natural liquefeito (GNL) para abastecer em GN a Alemanha. O nosso Primeiro-Ministro aproveitou e vendeu-nos na *silly season* de 2022 um gasoduto de Sines à Alemanha, fazendo crer que Sines salvaria energeticamente a Alemanha, ao mesmo tempo que tal permitiria exportar o hidrogénio verde produzido em Sines, em substituição da ideia inicial de o exportar para a Holanda por via marítima. Acontece que o sistema de GN que como Ministro da Indústria e Energia lancei de raiz em Portugal estava naturalmente dimensionado para o nosso consumo interno, que anda à volta de 6 bcm/ano (bcm=billion cubic meters-mil milhões de metros cúbicos), estando o terminal de Sines dimensionado para cerca de 10bcm/ano, enquanto que a Alemanha consome mais de 80bcm/ano. Estes números mostram que Sines apenas permitiria satisfazer uma quantidade mínima do gás de que a Alemanha necessita!

Mas mesmo supondo que iríamos a partir de Sines abastecer a Alemanha e como já temos um sistema europeu de gasodutos formado pelas redes nacionais não seria necessário

³ Engenheiro Eletrotécnico (IST) e Economista(MSc NOVA SBE). Presidente do Conselho Consultivo do FpC.



**- Sines não será
competitivo em relação
aos terminais espanhóis**

um novo gasoduto mas apenas reforçar alguns troços, como o MidCat referido, e fazer uma nova interligação Portugal-Espanha entre Celorico da Beira e Vilar Formoso (162 km-€244 milhões) continuada em Espanha até Zamora (86 km-€110 milhões), em complemento das actuais ligações em Rio Maior e em Valença do Minho, lançadas no nosso projeto de introdução do GN em Portugal, as quais são perfeitamente suficientes para o funcionamento do mercado ibérico. Ou por outras palavras, as actuais ligações gasistas entre Portugal e Espanha são suficientes para o funcionamento do Mercado Ibérico do GN, o MIBGÁS, sendo necessária essa terceira interligação para assegurar então um novo trânsito de energia de Sines para a Europa.

Mas Sines por razões económicas, estando os terminais espanhóis mais subutilizados do que o nosso, e geográficas, não será competitivo em relação aos terminais espanhóis. Acontece que o GN não flui por gravidade nos gasodutos e é preciso gastar muita energia para o transportar a grandes distâncias. Neste contexto será mais prático e eficiente os metaneiros descarregarem em Bilbao e Barcelona e a partir daí injetar o GN na rede europeia, do que virem a descarregar em Sines. O único porto praticamente à mesma distância da rede francesa de Sines será Huelva, todos os outros terminais espanhóis estão mais perto. E no fim do ano de 2002 esses barcos começaram a descarregar já mais perto da Alemanha em Wilhelmshaven e Brunsbutell, e em 2023 fá-lo-ão em Stade e Lubmin.

E os franceses, que nunca concordaram com o MidCat, chamam a atenção que será sempre mais barato fazer terminais de GNL mais perto do centro da Europa e da Alemanha, do que investir nas interligações referidas para levar o GN da Península Ibérica para a Alemanha e que, face às incertezas que ainda existem na produção e transporte do hidrogénio verde, é prematuro redimensionar interligações para fazer esse transporte. A Alemanha acabou neste contexto de inaugurar o seu primeiro terminal flutuante de recepção de gás natural, equipamento chamado *FSRU-Floating Storage and Regasification Unit*.



- Os consumidores portugueses de GN irão pagar o investimento, caso a União Europeia não o financie

II-UM CORREDOR VERDE PARA EXPORTAR HDROGÉNIO PARA A EUROPA?

Na recente cimeira em Outubro de 2022 entre Macron, Costa e Sanchez as interligações gasistas foram embrulhadas no conceito dos corredores verdes para gases renováveis da taxonomia financeira da União Europeia. Com efeito, o fundamentalismo climático-ambiental que grassa em Bruxelas queria banir da taxonomia financeira, lista de projetos sustentáveis que o sistema financeiro europeu pode financiar, os investimentos em infraestruturas de GN e em energia nuclear. Por pressão francesa no nuclear e alemã no GN, acabou-se por aceitar na taxonomia financeira investimentos em centrais nucleares e em infraestruturas de GN, mas neste caso tais infraestuturas serviriam de futuro para transportar hidrogénio verde e outros gases renováveis e apenas transitariamente o GN, embrulho conveniente para aceitar os investimentos em infraestruturas de GN de que a Alemanha precisa como de pão para a boca!

Macron ofereceu então em troca ao Mid Cat, do qual manteve a recusa como explicado atrás, um novo gasoduto marítimo de Barcelona a Marselha , útil para os terminais espanhóis, designadamente Barcelona. Esse gasoduto levará vários anos a construir pelo que não resolverá o problema do abastecimento a curto-prazo do GN à Alemanha. Logo a Alemanha não terá grande interesse nisto.

O nosso Primeiro-Ministro deixou então cair o gasoduto Sines-Alemanha, terá percebido como atrás explicado que Sines não era competitivo em relação aos terminais espanhóis para fornecer GN à Alemanha, e insistiu então apenas na já referida terceira interligação gasista Portugal-Espanha, agora orçada em €300 milhões, para através dela exportarmos hidrogénio verde para a Europa. A REN tinha há muito esse projeto sendo o problema para a empresa simples: desde que o regulador aceite, as amortizações do investimento são custos elegíveis para a tarifa de transporte e os consumidores portugueses de GN irão pagar o investimento, caso a União Europeia não



- Governo deveria estar preocupado com exportações por via ferroviária e não com o hidrogénio verde

o financie. Ora a exportação desse hidrogénio de Portugal para a Europa é prematura porque: esse hidrogénio está numa fase de projetos piloto e não numa fase madura que justifique investimentos significativos em infraestruturas de transporte; no estado actual da tecnologia mais vale transportar a energia sob a forma de eletricidade e produzir o hidrogénio localmente com essa eletricidade.

E é verdadeiramente paradoxal estar o governo português preocupado já em assegurar condições para se exportar hidrogénio verde para a Europa chegando a um acordo com Espanha para as interligações, quando o hidrogénio verde ainda não é produzido em Portugal, há apenas projetos piloto, enquanto que para a nossa industria exportadora, onde há produto concreto que se exporta para a Europa, não se preocupa minimamente em fazer um acordo com Espanha para assegurar interligações de bitola europeia e condições de interoperabilidade entre as redes ferroviárias portuguesa e europeia que permitam o transporte competitiva das nossas exportações para a Europa por via ferroviária quando é sabido que o actual modo de transporte de mercadorias por modo rodoviário para Europa está condenado a prazo por razões ambientais e energéticas e por restrições nas autoestradas europeias!

Por outro lado não valerá a pena pagar o sobrecusto de construir os tubos nessa nova ligação preparados para o hidrogénio se a restante tubagem dos gasodutos em Portugal e Espanha não estiver preparada para tal. Com efeito, o conhecimento existente diz-nos que os tubos dos gasodutos existentes permitem a circulação duma mistura entre gás natural e hidrogénio até dez por cento deste mas os actuais gasodutos não estão certificados para poderem transportar apenas hidrogénio, pelo que o transporte apenas de hidrogénio nos actuais gasodutos pensados para transportar GN levanta ainda questões técnicas e legais longe de estarem esclarecidas.



- Houve revogação tácita das obrigações acordadas em 2014

III-INTERLIGAÇÕES ELÉTRICAS

Nas interligações elétricas entre Espanha e França, apenas se falou na recente cimeira de Outubro de 2022 na necessidade em acelerar a ligação através do Golfo de Biscaia, já acordada na cimeira com Macron em Lisboa em Julho de 2018, e não se considerou o acordo do tempo de Passos Coelho para se construírem mais duas interligações através do Pireneus. Com efeito, existia desde 2014 um Acordo Internacional quadripartido com obrigações mútuas e firmes para construção de 3 interligações (2 Pirinéus, 1 Golfo da Biscaia), com financiamento e reconhecimento como projetos de interesse público da União Europeia reconfirmados em 2015 e 2017.

Ora, neste acordo desta recente cimeira ficou só uma ligação eléctrica, a da Biscaia, e caíram as duas dos Pirinéus, e o que ficou na troca foi uma referência vaga e remota a que um dia mais tarde, sem prazo, as partes virão a “identificar, avaliar e implementar novos projetos de interligação de eletricidade”. Em linguagem jurídica, diria que este novo acordo faz uma revogação tácita das obrigações. O saldo é pois um recuo, que não pode ser chamado de avanço.

Mas ao contrário do afirmado pelo Vice-Presidente do PSD Paulo Rangel, não há dicotomia entre as nossas renováveis e o nuclear francês. Essas conexões possibilitariam a exportação para a Europa dos nossos excedentes de renováveis intermitentes quando tenhamos muito vento, sol e água e permitiriam também importar energia, designadamente da nuclear francesa, em situações de pouco vento e seca como tivemos este ano. As interconexões energéticas são sempre bidirecionais, tanto permitem exportar como importar em condições vantajosas para todos, otimizando a utilização dos sistemas produtores nacionais no quadro europeu.



- Fará sentido o reforço das interligações gasistas e elétricas entre Espanha e França

- As ligações elétricas entre a Espanha e a França serão prioritárias para nós

IV-CONCLUSÕES

Depois desta referida Cimeira em Outubro de 2022, terá havido em Alicante no dia 9 de Dezembro de 2022 uma nova Cimeira, esta também com a presença da Presidente da Comissão Europeia, em que se iria precisar e concretizar em termos técnicos o já acordado na Cimeira aqui referida. Mas não foi emitido nenhum comunicado nem se conhecem as conclusões...

Termino sublinhando que numa perspectiva de reduzir na energia a quase ilha ibérica, fará sentido o reforço das interligações gasistas e elétricas entre Espanha e França mas, pelo já explicado, o novo gasoduto Barcelona-Marselha não terá grande interesse para nós pois não iremos exportar GN de Sines para a Alemanha.

A terceira interligação gasista entre Portugal e Espanha não será necessária para o funcionamento do MIBGÁS, apenas faria sentido no caso de conseguirmos enviar GN de Sines para a Alemanha, é prematura em termos de exportação de hidrogénio verde para a Europa quando ainda não o produzimos em Portugal, apenas há projetos piloto, e quando no estado actual da tecnologia fará mais sentido transportar a energia sob forma de eletricidade e produzir localmente o hidrogénio eletrolítico.

Já as ligações elétricas entre a Espanha e a França serão prioritárias para nós, por permitirem quer a oportunidade de exportar para a Europa os grandes volumes de energia sobrance que vamos ter com os vultuosos investimentos que se projetam em Portugal em parques eólicos off-shore (10 GW) e em energia fotovoltaica (8 GW) isto, numa rede com uma potência de ponta que oscila entre os 8 e os 10 GW, em situações em que haja simultaneamente sol, chuva e vento e o consumo seja baixo quer a importação de França em situações de dificuldades ligadas a situações de seca e pouco vento (há correlação entre vento e água) e em que já não haja sol. Infelizmente o acordo alcançado está muito aquém do obtido no governo Passos Coelho.



6. LEGISLAÇÃO

TELLES

ENERGIA E AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 71/2022, de 14 de outubro](#): completa a transposição da Diretiva (UE) 2018/2002, alterando disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração;

[Decreto-lei n.º 72/2022, de 19 de outubro](#): altera as medidas excecionais para a implementação de projetos e iniciativas de produção e armazenamento de energia de fontes renováveis;

[Diretiva n.º 22/2022, de 20 de outubro, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos](#): implementação do Despacho n.º 9799-B/2022, de 8 de agosto, que estabelece o procedimento de validação prévia de faturas;

[Decreto-Lei n.º 78-A/2022, de 15 de novembro](#): reforça o sistema de incentivos «Apoiar as Indústrias Intensivas em Gás», cria uma linha de financiamento ao setor social e disciplina o pagamento do apoio extraordinário a titulares de rendimentos e prestações sociais;

[Decreto-Lei n.º 84-A/2022, de 9 de dezembro](#): altera o regime de avaliação e gestão do ruído ambiente, transpondo diversas diretivas da União Europeia;

[Decreto-lei n.º 84-D/2022, de 9 de dezembro](#): aprova a criação do regime transitório de estabilização de preços do gás por pessoas coletivas com consumos superiores a 10 000 m³;



[Diretiva \(UE\) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022](#): altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/EU, no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas;

[Regulamento \(UE\) 2022/2577 do Conselho, de 22 de dezembro de 2022](#): estabelece um regime para acelerar a implantação das energias renováveis;

[Lei n.º 24-B/2022, de 30 de dezembro](#): regulamenta as contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e da distribuição alimentar

PÚBLICO

[Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro](#): altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento;

[Decreto-Lei n.º 82/2022, de 6 de dezembro](#): transpõe a Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços;

[Decreto da Assembleia da República N.º 28/XV](#): estende o âmbito de aplicação do regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social aos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência;



TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 293/2022, de 12 de dezembro](#): procede à terceira alteração da Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto, que regula a medida Estágios ATIVAR.PT, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados;

[Portaria n.º 295-A/2022, de 13 de dezembro](#): altera o Regulamento do Programa APOIAR, aprovado em anexo à Portaria n.º 271-A/2020, de 24 de novembro;

[Portaria n.º 301/2022, de 20 de dezembro](#): aprova o desenvolvimento do programa-piloto «Semana de Quatro Dias», que visa a adoção experimental, pelas entidades empregadoras e seus trabalhadores, de uma redução da semana de trabalho para quatro dias;

[Portaria n.º 307/2022, de 27 de dezembro](#): aprova a DMR (declaração mensal de remunerações - AT) e respetivas instruções de preenchimento.

CONCORRÊNCIA

[Guia de Boas Práticas relativo ao Gun-Jumping](#): guia publicado pela Autoridade da Concorrência.

ESTE DOCUMENTO TEM O APOIO DE:



CaixaBI

Banco de Investimento

TELLES

— ADVOGADOS —